

O *vir a ser* professor/pesquisador da educação superior: o caso dos egressos PIBIC/CNPq/UNEB

The *coming-to-be* researcher/professor of higher education: the case of egress from PIBIC/CNPQ/UNEB

Regina Celi Machado PIREs1

Resumo

O trabalho é parte de uma tese de doutorado (PIRES, 2008), que teve como objetivo conhecer, analisar e explicar as contradições, harmonias, correspondências e diferenças existentes entre a formação inicial do professor pesquisador universitário, realizada pelo Programa PIBIC/CNPq/UNEB e a prática profissional de seus egressos. São apresentados os resultados de oito entrevistas com esses egressos, selecionados intencionalmente, por sua condição de professor da Educação Superior e realizando pesquisa. As categorias empíricas que emergem dessas falas foram mediadas pela teoria do materialismo histórico-dialético e estudos sobre a Educação Superior, permitindo a compreensão do movimento desse nível de ensino, no período analisado.

Palavras-chave: Formação professor-pesquisador. Iniciação Científica. PIBIC/CNPq. Avaliação de egressos.

Abstract

This work is part of a doctorate thesis (PIRES, 2008), which aimed to know, analyze and explain the contradictions, harmonies, correspondences and differences existing between the initial training of university researcher professors, held by the PIBIC/CNPq/UNEB Program, and the professional practice of their egresses. Results are presented of eight interviews with these egresses, intentionally chosen for their condition of High Education teachers and making research. The empirical categories which emerge from these speeches were treated by the theory of dialectical-historical materialism and studies about High Education, allowing to understand the movement of such teaching level, in the analyzed period.

Keywords: Researcher-Professor formation. Scientific Introduction. PIBIC/CNPq. Evaluation of Egresses.

1 Professor adjunto Departamento Ciências Humanas, Campus I, UNEB; Doutora em Educação, UFRGS; ex-bolsista PQI/CAPES-UNEB; mestre em Educação, UFBA; graduada em Administração, UCSAL; líder grupo de pesquisa - Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas; coordenadora de pesquisa sobre formação e prática do Administrador. Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador-BA. Tel.: (71) 3117-2259. E-mail: <regina.tcheli@gmail.com>.

Introdução

Ao realizarmos as entrevistas com os egressos do PIBIC/CNPq-UNEB², pensávamos ser possível averiguar se está sendo cumprido o objetivo/finalidade das Bolsas de Iniciação Científica (BIC), que é formar pesquisadores, garantindo, assim, a continuidade do processo de formação do ex-bolsista PIBIC/UNEB.

Visto que o PIBIC/CNPq objetiva inserir o ex-bolsista em um mestrado e doutorado, ou seja, em um programa de *stricto sensu*, estabelecemos, como a hipótese principal de trabalho, a idéia de que o egresso do PIBIC/CNPq-UNEB se torna um professor pesquisador universitário. Ao nos perguntarmos: para onde irão, depois de formados, os futuros mestres e doutores, oriundos do programa de PIBIC? Imaginamos que a resposta seria: para a universidade.

As indagações levantadas foram guiadas pelo método dialético, até chegamos às questões que nos possibilitaram um roteiro semi-estruturado de entrevista. O desenvolvimento desse roteiro considerou o período 1997-2007 (anos da primeira e da última turma desses egressos) como a duração da existência do fenômeno material social estudado em nossa tese (PIRES, 2008), em sua relação com as formações materiais, anteriores e posteriores.

Entendemos que o que dizemos ou pensamos é, em última análise, determinado por aquilo que fazemos e que “[...] o lugar onde a consciência e a prática social convergem mais obviamente para Marx é a própria linguagem.” (EAGLETON, 1999, p. 11). Então, são as palavras dos egressos PIBIC/CNPq-UNEB, como expressão concreta do que estão realizando em sua prática profissional, que nos permitem a observação empírica da realidade que estamos estudando, no momento em que organizamos o conteúdo de suas entrevistas em forma de *categorias empíricas* que se ligam ao mundo científico pelas *categorias de análise* do materialismo histórico-dialético e da economia política.

Estabelecemos as categorias empíricas compreendendo “[...] o requisito lógico de que um mesmo conteúdo não podia estar, ao mesmo tempo, em duas ou mais categorias” (TRIVIÑOS et al. 2006, p. 27), não querendo dizer com isso que, na análise interpretativa do conteúdo dessas categorias, elas não se relacionem,

2 Realizamos 8 entrevistas semi-estruturadas, entre os dias 4 e 13 de maio de 2007, em Salvador/BA., com duração média de 90 minutos. A pesquisa empírica incluiu, também, análise de documentos e coleta por questionário eletrônico. De uma *população* de 127 egressos do PIBIC/CNPq-UNEB, consultada por questionário eletrônico, obtivemos 87 respostas de egressos e 21 afirmaram estarem na prática docente na educação superior, dos quais selecionamos 8 a partir dos critérios: *egresso* formado há 3 anos; *trabalhando como professor do ES*, dedicando-se ao ensino e realizando pesquisa, financiada ou não pelo CNPq ou por outra fonte de fomento. Esses 8 egressos são o foco do presente trabalho.

já que sabemos que todos os fenômenos materiais estão em relação, porém, as ligações é que nos conduzem às causas (CHEPTULIN, 1982). Guiando-nos por esse princípio, formulamos as categorias empíricas que utilizamos na análise das entrevistas, quais sejam: vida pessoal e familiar; o ambiente de trabalho, remuneração salarial e a relação com os colegas; atividades rotineiras, lazer e os meios de comunicação; expectativas e planos para o ingresso no mercado de trabalho; experiência profissional e a relação formação e prática; a formação do professor-pesquisador, atual e no passado, e os programas de bolsas para pesquisa; recomendações para aprimorar os programas de incentivo à pesquisa.

Cada uma dessas categorias se constitui em um sub-capítulo da nossa tese. Nesse trabalho, abordaremos cada categoria, resumidamente, buscando as causalidades que condicionam a *práxis*³ do egresso PIBIC/CNPq/UNEB e a possibilidade de continuidade da formação acadêmico-científica desses egressos, o que coloca em questão os objetivos e finalidades contidas nas normas – Resoluções Normativas (RN) - que regem o Programa.

1 Vida Pessoal e Familiar

As classes sociais de onde emergem nossos egressos se refletem pela profissão e formação que alcançaram os pais, ao longo do *vir a ser* desses egressos/professores. Imaginando o conceito de classe social como um “[...] local estrutural” na sociedade (WOOD, 2003, p. 73), poderíamos dizer que nossos egressos entrevistados emergem da classe média e pequena burguesia: “A nossa família é mais de comerciante ... minha mãe sempre foi professora [...]”. Nessa condição, os entrevistados puderam contar com essa base familiar, ao longo da sua infância e adolescência. Alguns ainda continuaram inseridos nesse contexto, até o momento da entrevista, contando com o apoio dos pais para

3 Entendemos *práxis* como prática social, categoria histórica e filosófica do Materialismo Histórico-Dialético. Nesse sentido, a realidade, como atividade humana, é *práxis* e requer o entendimento da ação do homem sobre a natureza, no sentido de transformar o mundo em que vive. Trata-se de um fenômeno material, é parte do mundo real e se constitui um princípio de objetividade, ou seja, é um critério de verdade científica, pois representa o conhecimento reconhecido pela humanidade e ao qual se deve submeter todo fenômeno material que nos propomos a estudar. “A prática individual e a prática social estão intimamente relacionadas” (TRIVIÑOS, 1987, p. 64), pois uma se realiza através da outra, em reciprocidade. A prática individual, se criativa, isto é, se capaz de modificar a teoria original, torna-se *práxis*, uma prática social (nova). Mas, como a prática individual pode ser repetitiva (e a consciência cotidiana ingênua), e estar sujeita às limitações pessoais, materiais e tecnológicas, então, nesse caso, a prática social não transforma necessariamente a realidade.

fazerem *escolhas*, como *renunciar* a empregos, para *arriscarem* a se dedicar aos estudos da pós-graduação. Assim, o comportamento dos pais molda as opiniões dos filhos sobre si mesmos, isto é, molda as suas subjetividades, ampliando ou não as possibilidades de traçarem um projeto de vida, como o de se tornar um professor pesquisador: “Sou nascida numa família extremamente harmoniosa [...] então, isso ajudou muito a gente [...], foi muito sedimentado lá atrás, muito bem amparado”.

Mas, pensando-se classe social como processo (WOOD, 2003), pode-se enxergar que, no caso dos egressos PIBIC/UNEB, tal processo está ligado às condições de pobreza e miséria de certas regiões brasileiras, onde vamos observar o acontecimento do desenvolvimento da privatização da Educação Superior (ES), de forma acentuada, diríamos que quase generalizada, nas regiões mais pobres do Brasil, como a região Nordeste (FRANCO; FIALHO; PIRES, 2006).

Assim, nessa categoria coube-nos entender o processo pelo qual se deu a *diversificação* e a *democratização* da ES que resultou, na verdade, em massificação, fazendo com que as contradições dentro das Instituições de Ensino Superior (IES) se acentuassem. Para conseguir entender como o processo de mercantilização, na totalidade das privatizações resultantes das políticas neoliberais que varreram o mundo na década de 90, condicionou a continuidade ou não da formação dos egressos, foi necessário adentrar a sua vida pessoal, as quais refletem esse momento histórico, que atinge suas famílias tirando o emprego estável de seus pais e forçando esses a buscarem novas ocupações profissionais, como vivendo por conta própria, ou seja, sem garantias trabalhistas: “Atualmente, meu pai é taxista. Ele saiu do Pólo [Petroquímico], por causa das privatizações ...”.

Compreendendo a divisão social do trabalho como “acompanhante” direto da categoria de classe social, segundo Marx e Engels (1984, p. 26-27), que a pensaram como a representação da forma de propriedade desenvolvida pela sociedade, apreendemos que cabe à educação fazer essa *arrumação* proposta pelo modo de produção capitalista, via divisão social do trabalho. No período em estudo, um exemplo disso foi a Lei nº 9.394/96 quando *diversificou* a Educação Superior, de acordo com as necessidades do mercado de trabalho. Não por acaso, segundo análise de Franco, Fialho e Pires (2006, p. 43)

[...] o crescimento das IES, na Bahia, no período 1996/2004, sob a perspectiva de número de IES, é exclusivo do setor privado e, nesse setor o crescimento não foi diversificado, concentrando-se nas faculdades, escolas e institutos e nas faculdades integradas do setor privado.

Isso quer dizer que reinou o oportunismo de mercado. Nas palavras dos egressos PIBIC/UNEB/professor ES, vemos refletida a relação professor/aluno no processo de formação de uma classe estudantil específica das IES particulares, quando eles comparam o aluno da *IES particular e o da pública*. As particulares aparecem como fábricas de diplomas que se destinam a um segmento do *quase* mercado pobre, material e espiritualmente, já que, como trabalhador, esse estudante, noturno, em maioria, não tem condições para estudar, não tem tempo para ler, não tem dinheiro para comprar livros, ir a cinema, teatro, museus, viajar e etc.

2 Ambiente de Trabalho, Remuneração Salarial e a Relação com os Colegas

Aqui nos coube entender que, no processo de privatização ou mercantilização da Educação Superior no Brasil, as condições de trabalho dos egressos PIBIC/UNEB, com orientação para ser um professor/pesquisador, revelam-se como prática rotineira, alienante e exploratória, típica de um trabalhador do mundo capitalista.

As mudanças no mundo do trabalho capitalista, a partir do início da década de 70 e o seu aprofundamento, na década de 90, fazem as vezes de um verdadeiro *vulcão*, com várias consequências, entre as quais a precarização estrutural do trabalho, não circunstancial, mas estrutural, assim como o desemprego, dada a lógica destrutiva capitalista que cresce destruindo, para assim se alavancar (ANTUNES, 2006; MÉSZÁROS, 2002). Encerra-se a época das grandes conquistas salariais e, hoje, a “[...] distinção entre capital estrangeiro e capital nacional é inteiramente obsoleta”, devido às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas. (BERNARDO, 2000, p. 57).

A esse movimento histórico de universalização do capitalismo, para todas as esferas sociais, está ligado o movimento da Educação Superior brasileira, nas últimas quatro décadas, onde a avaliação legítima o processo de *democratização* da ES, quando “[...] cumpre o papel de dizer que algo é de certo modo ou funciona de certa maneira” (LEITE, 2005, p. 35). Não é, portanto, uma mera coincidência que a década 1990-2000 foi, para toda a história da América Latina, o período mais complexo de suas reformas, conforme aponta Leite. No caso brasileiro, assistimos, concretamente, como o Estado pode funcionar como reprodutor da ordem social, colocando a educação como produtora da força de trabalho para o capital, de forma a alcançar os dias atuais, com um escandaloso, porque oportunista, número de instituições novas de ES das quais, segundo Giolo (2007, p. 7) “[...] 70% têm nove anos ou menos de existência [...] A Educação Superior é formada por instituições

frágeis, com cursos concentrados em determinadas áreas [...]”. É nesse sistema que muitos dos nossos entrevistados, os egressos do PIBIC/UNEB, veem atuando.

Assim, as relações sociais da produção do saber, nas universidades e demais IES, vão se transformando. A fala de alguns egressos reflete o conflito entre professor e administrador, pela forma como a administração, fruto do “*managerialismo*” (LEITE et al, 2002, p. 11-12), busca controlar não somente o conteúdo, mas a forma e o ritmo de trabalho do professor, sobretudo daqueles que hoje estão trabalhando em IES particular, com Educação à Distância (EAD), como é o caso de três egressos entrevistados.

Os cursos de EAD vêm se mostrando uma grande oportunidade de mercado para essas IES privadas, pois se liga à estratégia mundial de intensificação da transnacionalização do mercado da ES e está na pauta do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS), frente à Organização Mundial do Comércio (OMC) (SOUZA SANTOS, 2004). O ritmo de trabalho dos professores que lidam com EAD é intenso, pois eles têm que somar *salários*, atuando em mais de uma IES, tanto do setor privado quanto público: “Ah! eu trabalho sessenta horas semanais; já trabalhei até setenta, este ano. De manhã, de tarde e de noite, de segunda a sábado”.

Tal ritmo de trabalho é o que se impõe hoje ao professor/mercadoria, submetido à produtividade da gestão eficaz que, mais do que qualquer outro ramo da atividade acadêmica, está impulsionada por dois instintos humanos primários: “o medo e a avareza” (MICKLETHEWAIT; WOOLDRIDGE, 1998, p. 18): “Tem certas reuniões de professoras que a gente não pode falar de certas coisas [...] E aí é como o coordenador diz: tô com a mesa cheia de currículos. Eu não tenho mais onde botar currículos. Então, isto significa o quê?”.

Intimidar, pressionar, calar o docente, para extrair do seu trabalho, sob a forma de serviços produzidos e vendidos, mais valor do que o necessário para lhe pagar. Evidencia-se a *proletarização* do docente da ES, processo que Marx (2002) caracterizou pela extração de *mais-valia* da classe operária e como sendo a chave da natureza exploradora das relações sociais capitalistas: “Deixa eu lembrar... na F2⁴ era cerca de R\$26,00. Hoje, na F3, eu recebo R\$29,00 por hora-aula. Na F1 era R\$27,00, alguma coisa assim [...]. É, o professor tem que ralar muito!”

Os atrasos no pagamento dos salários desses professores são frequentes, nessas IES, o que tem levado os docentes a se mobilizarem, realizando greves. O mesmo acontece com a rede pública de Educação Superior, estadual e federal, cujas universidades vêm mantendo seus professores sob condições salariais precárias, processo encoberto por *gratificações* ou *benefícios*.

4 F1, F2 e F3 são nomes fictícios de IES particulares.

As falas também refletem o processo de *alta rotatividade* de cursos, no jogo de mercado praticado entre as IES privadas e particulares. Nesse sentido, chamar a atenção às mantenedoras, por onde se dá o real negócio na Educação Superior e que possibilita a grupos empresariais, inclusive de capital estrangeiro, o *investimento* nesse mercado, sem serem percebidos pela comunidade. Tais fenômenos estão relacionados ao esgotamento da expansão da Educação Superior pela iniciativa privada e particular (FRANCO; FIALHO; PIRES, 2006) no Brasil e, particularmente na Bahia, que coloca o *mercado de trabalho* em uma situação de empregos *flutuante*, de estrutura mais *flexível* e instável. Esse movimento mercadológico da ES leva os egressos/professores do PIBIC/UNEB a trabalharem sob grande ansiedade e estresse, deixando marcas em seu corpo e em seu espírito. Sem garantia financeira e espiritual, com as regras do jogo mudando a todo momento, chega-se à concepção de *jogos curtos* ou à impossibilidade de desenvolvimento de qualquer compromisso de longo prazo, como deve ser a educação. Para manterem o seu emprego, em instituições que buscam um lugar à frente de seu concorrente, os professores são compelidos à “[...] *práxis* utilitária imediata e senso comum a ela correspondente” (KOSIK, 2002, p. 14), que os move, *naturalmente*, como mercadorias, em sua vida cotidiana.

3 Atividades Rotineiras, Lazer e os Meios de Comunicação

O capital mantém a sua hegemonia conformando consciências; formar esse consenso comum é o papel da grande mídia nas sociedades contemporâneas. Aqui buscamos entender como a mídia e as organizações internacionais como o Banco Mundial, FMI e outros conduzem os rumos das sociedades capitalistas mundiais e buscam reduzir a prática do professor pesquisador ao profissionalismo de *fazedor de ciência*, dissociando-a da atividade política. Por outro lado, pensamos que o egresso PIBIC/UNEB/professor do ES forma também a sua consciência crítica, na vivência com as produções artísticas – cinema, literatura, teatro – e as suas preferências de leitura, filmes e peças podem ser analisadas como expressão do seu processo de “hominização” (VIEIRA PINTO, 1979, p. 24-26; 38-39).

Como qualquer ser social que é, o egresso PIBIC-UNEB/professor do ES lida com muitas contradições, em sua prática cotidiana familiar, pessoal e profissional, que ele próprio poderá solucionar; porém, muitas outras contradições fogem à sua capacidade de ação, aquelas que dizem respeito às condições materiais e ideológicas que lhe são dadas. Como examinamos, a rotina de trabalho desses profissionais é intensiva, que a eles traz recompensas salariais, mas não os deixa saudáveis e felizes, o que nos leva a analisar a questão desses trabalhadores como “homens livres” (WOOD, 2003, p. 161-162).

Que fazem os nossos entrevistados nas férias? Trabalham, conforme suas falas, ou seja, a possibilidade de descanso passa a ser *formal*, está *oficialmente* assegurada na legislação trabalhista, mas a necessidade de somar salários pode não torná-la *real*. Então, são aquelas horas extras de estudo, de trabalho, que a rotina diária não lhes permite dar conta, que terão que ser resolvidas nas férias. Nota-se que o egresso do PIBIC/UNEB/ professor do ES é um profissional *auto-exigente*, mas o que o torna assim, senão as suas condições de trabalho, cada vez mais precárias, porém acobertadas pela ideologia da *competência*, da *produtividade*, do *desempenho* individual?

As marcas do ritmo da jornada de trabalho, materializadas em suas falas, podem comprometer não apenas a própria saúde do egresso, mas também a de outros membros de sua família. À medida que o egresso professor assume a vida docente da ES, o sábado é, definitivamente, um dia de trabalho, assim como o domingo. Quando indagados sobre o que fazem no fim de semana, deixam transparecer a sua jornada *doméstica* de trabalho e o quanto isso os marca emocionalmente, deixando-os fadigados, estressados, com culpa por não disporem de tempo para dedicar a si próprios e aos familiares, especialmente aos filhos, que precisam da atenção dos pais e se queixam quando não podem receber esse amparo como deveriam. Silva Jr. (2007, p. 481) analisa a saúde mental do professor da Educação Superior em função do “ardil do produtivismo e do carreirismo”, como “[...] um dos grandes problemas de saúde pública do planeta, a começar pela esquizofrenia, bipolaridade, alcoolismo, *Burnout*, síndrome do pânico, depressão, fadiga intelectual, etc.”

Afirmaram que gostam de ler, mas no momento atual de suas vidas, só há tempo para leituras relacionadas ao seu trabalho de aulas ou da pesquisa da Pós-Graduação. Apreciam ir ao cinema e ao teatro, mas lamentam não ter tempo e melhor condição financeira para essas atividades culturais. Assim, ao não realizar atividades culturais, o egresso/professor/pesquisador empobrece sua vida espiritual e sua capacidade criativa.

4 Expectativas e Planos para o Ingresso no Mercado de Trabalho

Com o questionário eletrônico, na fase de coleta de dados que antecedeu às entrevistas, já havíamos constatado que as expectativas desses egressos, iniciada e planejada, desde a sua graduação, com o ingresso no PIBIC/CNPq, se dirigiam ao desenvolvimento da carreira acadêmica de professor/pesquisador da Educação Superior. Assim, o momento da formatura significa para eles um instante de comemoração, de esperança na vida profissional, *uma conquista* que abre outros caminhos, uma forma de retribuir e reconhecer *o esforço dos pais que os incentivaram à educação*. Mas esse evento, também, se revela como um tormento e uma agonia na vida do egresso PIBIC/UNEB, mostrando como o contingente pode ser o necessário, dadas as circunstâncias exteriores.

Ao darem o “salto-ruptura” (CHEPTULIN, 1982, p. 216-223) da sua formação graduada, os egressos do PIBIC/UNEB, pelo momento histórico que atravessaram durante a sua graduação, encontraram como condições para dar prosseguimento à formação acadêmico-científica, a situação de expansão, mercantilização e de privatização do mercado de trabalho da educação superior, resposta do poder público às tensões pelo aumento da sua demanda. Assim, de fato, o mercado de trabalho do ES se expandiu, após a LDB 9.394/96, mas também se sabe que os investimentos públicos na ES pública encolheram e atingiram a Graduação e a Pós-Graduação, no que respeita ao oferecimento de bolsas, tanto que, numericamente, há uma diferença proporcional entre a quantidade e o valor de bolsas do PIBIC/CNPq e a quantidade e o valor de bolsas de Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado oferecidas pelo mesmo CNPq⁵.

Existe uma grande carência por Educação Superior no Estado da Bahia, mas o atendimento a essa demanda está, hoje, condicionada, por um lado, aos programas de financiamento para a *ocupação* das vagas ociosas nas IES privadas e, por outro lado, ao cumprimento da meta do Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) de aumento de 30% das vagas dos cursos de graduação nas IES públicas (universidades).

Portanto, aqueles egressos que conseguiram chegar até o mestrado não encontraram dificuldades em se inserir nesse mercado em expansão, conforme os seus relatos. Porém, o que discutimos nessa categoria, são as condições de trabalho enfrentadas por esses profissionais e que condicionam a qualidade de sua formação pós-graduada, dada a maneira como se deu essa expansão e diversificação na Educação Superior brasileira, via privatização. Com relação às universidades públicas, estaduais e federais, muitas oportunidades se abriram por processo de *seleção pública*, na condição de professor substituto. Em ambas as situações, constatamos o arrocho de salários dos professores.

5 Experiência Profissional e a Relação Formação e Prática

Com essa categoria desenvolvemos a ideia de trabalho como produção de ciência e existência, para discutir como a consciência do pesquisador se constitui, pela interação do pensamento (teorias) e da prática (trabalho), no ato produtivo (experiência profissional), resultando dessa interação as modalidades de trabalho científico (VIEIRA PINTO, 1979). O egresso professor pesquisador é um trabalhador que lida, cotidianamente, com a contradição da *teoria* – o plano

5 A *subamostra* de 21 egressos, de onde selecionamos os entrevistados, mostra que praticamente todos esses docentes (19 egressos) confirmam que pesquisam. Entretanto, apenas 4 deles recebem algum tipo de fomento para pesquisar, embora 16 desses egressos tenham concluído ou estejam realizando o mestrado e 7 tenham alcançado o doutorado.

das ideias da pesquisa científica – e a *prática*, o plano do trabalho científico propriamente dito. Isso significa que o pesquisador não pode prescindir da consciência da totalidade concreta em que está situado e que condiciona a sua existência. As condições objetivas de produção do trabalho do pesquisador, que dão suporte ao seu ser social e que estão materializadas no tipo de organização do trabalho científico, nas instalações, nos investimentos financeiros, nas *bolsas*, nos recursos humanos, nos meios de divulgação do seu trabalho, nos livros, nos encontros acadêmico-científicos, etc. se encontram “[...] em mãos do grupo que decreta as finalidades da pesquisa”, como afirma Vieira Pinto (1979, p. 311-312). Ou seja, não há como se construir uma carreira científica sem se inserir no *sistema produtivo do saber* vigente, que possui um *centro dirigente* que condiciona as condições. E, como a criação científica é por natureza aleatória, nenhum cientista está *a priori* seguro em que irá resultar o seu trabalho, do que ele descobrirá e, então, ele não tem como barganhar com os superiores o que irá colher. Aceita, assim, as condições que lhe cerceiam a liberdade, conforme podemos constatar em depoimento de um egresso que realizava coleta de água, em um curtume, para analisar e se viu ameaçado por um funcionário da empresa.

Então, o que se pergunta é: o professor pesquisador egresso do PIBIC/UNEB tem consciência dessas condições e as analisa, em contradição com as teorias que alicerçam o seu trabalho científico, ou não?

Ao reconstruirmos a trajetória da Ciência e Tecnologia (C&T) no Brasil, e discutirmos a ideologia da inovação, queríamos mostrar como esse país vem buscando implantar uma política de C&T que está condicionada a uma lógica estrutural do capitalismo transnacional, mas com lutas internas de classes que promovem o seu desenvolvimento. Nisso se inclui a pressão do capital para que a produção da pesquisa, no país, se encaminhe para o consumo de ideias, já produzidas originalmente em outras nações, fato perceptível no depoimento de um egresso:

[...] ser um bolsista do CNPq é saber o quanto países, como o Brasil, sofrem por não desenvolver a sua própria tecnologia, por não estar pesquisando, por comprar modelos importados. [...] Tô achando que as universidades estão formando só preocupadas com o mercado. E formando neste sentido: a pessoa sabe o que fazer, a pessoa não pensa o que faz. Ela faz, faz, faz, faz e faz. Ela não pensa. Não cria novas alternativas. Não tem, dentro de si, esta necessidade de pesquisar.

Então, por *novo* – inovação – estamos entendendo processos de pesquisa cujo método e suas avaliações de resultados tenham por princípio esse aspecto de condicionamento da realidade do pesquisador. Inovação científica passa a ser

idealizada quando o pesquisador compara o seu trabalho ao de um artista, que resulta em arte, como aconteceu com um entrevistado. Por isso, segundo Vieira Pinto (1979, p. 286), existe uma pergunta da qual a consciência do pesquisador não pode fugir: “[...] para quem trabalho e para produzir o quê?”. Encontrar uma resposta a essa pergunta requer uma reflexão sobre as finalidades do trabalho científico, a apropriação de seus resultados e o efeito social das ideias que ele gera.

Mas, a fragmentação do trabalho na sociedade capitalista, amparada na concepção idealista de homem livre e com oportunidades iguais, favorece a consciência de que alguns tipos de trabalhos, como o do pesquisador, sejam *especiais*, isto é, incondicionados com a totalidade da realidade concreta. A fala de um egresso retratou fielmente essa idealização do pesquisador por *vocação*. Pensamos que a manifestação da questão vocacional se dá, necessariamente, por força das condições contingentes e necessárias ao desenvolvimento da aptidão, que a acolhem e possibilitam sua realização.

Também verificamos que a maioria dos entrevistados já realizou, ou está realizando, o Mestrado ou o Doutorado e combinam dois, três e até mais tipos de vínculos trabalhistas, em IES públicas e privadas, para *somar salários*, permanecendo sem condições de realizar pesquisa, no ritmo cotidiano de trabalho. Assim, a experiência profissional desses egressos vem se fazendo sem, necessariamente, existir a realização da pesquisa, associada à prática docente da educação superior. Quando existe essa associação, o egresso é aluno de curso *stricto sensu*.

Como a apreensão da metodologia científica pelo bolsista é uma finalidade do PIBIC/CNPq, desde a criação desse Programa, trazemos a discussão do conceito de método como um processo histórico da lógica científica, que conduz o pesquisador à apreensão da realidade. Segundo Vieira Pinto (1979, p. 55), da maneira como se faz ciência, resultam modos de ser de consciências do pesquisador, e distinguimos modos de consciência do egresso professor/pesquisador da ES: “crítica e desalienada”, que utiliza as ideias como bens de produção; “ingênua ou alienada”, que usa as ideias como bens de consumo e sem a compreensão da totalidade concreta. A “autoconsciência” (VIEIRA PINTO, 1979, p. 23; 27; 38; 49-50) é o nível desejável para um professor pesquisador.

6 Formação do Professor-Pesquisador, atual e no passado, e os Programas de Bolsas para Pesquisa

Com essa categoria discutimos os aspectos do desenvolvimento da formação do egresso PIBIC/UNEB/professor pesquisador do ES, a partir de sua formação inicial, nesse Programa, até o momento atual. Assim, analisamos as condições de financiamento das pesquisas que os egressos desenvolveram ou estão desenvolvendo; os temas das mesmas, desde a IC ao Doutorado; os conflitos que impulsionam o

desenvolvimento da carreira do professor/pesquisador egresso do PIBIC/UNEB, no sentido das duas lógicas científicas (formal e dialética); como os egressos avaliam a relação pedagógica científica professor/orientador *versus* aluno/bolsista; e como eles refletem a questão do tornar-se (ou não) um professor pesquisador.

Os motivos apontados pelos entrevistados para ingresso no PIBIC/UNEB já nos eram conhecidos (PIRES, 2002) e a decisão teve, por base, a sobrevivência, na busca de uma profissão a ser desenvolvida ainda na graduação, onde a bolsa BIC lhes abriria a perspectiva de se dedicar, exclusivamente, aos estudos.

Com relação aos financiamentos das pesquisas de que os egressos participam, seja quando eram bolsistas PIBIC, seja como professor/pesquisador da Educação Superior, chamaram-nos a atenção dois casos: um deles na própria UNEB, outro em IES particular.

Através do caso de um egresso, pudemos verificar como a parceria de uma universidade pública com empresas condiciona os resultados da pesquisa. No caso em questão, a pesquisa dessa parceria tem por finalidade questões ligadas a crimes ambientais: “[...] elas financiando, assim, vamos dizer, quase 90%! [...] e a universidade entrava com muito pouco!”, diz o egresso, que vivenciou essa experiência de parceria em dois projetos de pesquisa, durante o PIBIC/UNEB. Em ambas as situações, a finalidade da pesquisa quem determinava eram as empresas, segundo relata o egresso que questionou a liberdade do pesquisador na condução do seu trabalho e nos resultados desse, no sentido de buscar a verdade, compromisso que, como pesquisador, deveria ter.

O outro caso se refere aos temas das pesquisas que se desenvolvem nas IES particulares. Relatam os egressos que, como as grandes empresas comerciais e transnacionais que destinam recursos para pesquisa e desenvolvimento (P&D) em seu orçamento geral, voltadas para temas relacionados aos propósitos mercadológicos, simplificação do processo de produção, entre outros, da mesma maneira, os empresários da ES estão interessados em desenvolver pesquisa para esses fins e não mantêm qualquer investimento em bolsas para a qualificação de seus docentes. Muito pelo contrário, seus interesses residem no tipo de regime de “horista” que lhes dá um maior retorno financeiro (FRANCO; FIALHO; PIRES, 2006, p. 49; 78; 82-83; 94).

Também nos chamou a atenção a ideia de renúncia e, por vezes, de resignação e até de *doação*, que demarca a trajetória profissional do egresso, sempre tendo que decidir entre o *certo* e *seguro* (emprego no momento) e o *risco* da incerteza (carreira acadêmico-científica a ser galgada). Compreendemos que essa ideia da prática, no magistério, “como uma doação”, como dizem os egressos, está ligada ao fato histórico que perpassa a vida dos professores, nos países Ibero-americanos, “[...] que sempre receberam um pagamento muito precário pelos serviços que prestavam, de

educar o povo” (TRIVIÑOS et al. 2006, p. 135). Escolher ser professor/pesquisador universitário exige renunciar a empregos melhor remunerados, mas que também não permitem que o professor possa avançar em sua formação pós-graduada, pois são oferecidos por Instituições que não se interessam pelo pesquisador. Alguns egressos fizeram essa opção porque puderam contar com o apoio material e espiritual da família para levar adiante seu projeto de professor/pesquisador; outros são pressionados por familiares que não enxergam um sentido prático e financeiro na carreira de pesquisador, ainda entendida como uma carreira artística ou algo semelhante, enfim, profissões que custam a *fazer dinheiro*.

7 Recomendações para aprimorar os Programas de Incentivo à Pesquisa

Concebendo o PIBIC/CNPq como um programa, hoje, indispensável à condição da realização da pesquisa científica, nas universidades, desde a Graduação, o egresso compreende que, assim como o mundo não é um processo acabado, mas em construção, também o PIBIC deve guardar, em si, possibilidades que ainda não foram realizadas.

As recomendações⁶ foram organizadas e apresentadas de três formas: a) para o PIBIC/CNPq, órgão executor das políticas de CT&I no país; b) para a UNEB, com a inclusão do seu programa de BIC, o PICIN, que nasceu sob a condição de representar a contrapartida da Instituição ao recebimento das primeiras quotas do PIBIC, em 1996; c) para o poder público, estadual e federal.

Recomendamos ao CNPq o aumento do número e do valor da bolsa BIC, atualizada sucessivamente, para que o aluno/bolsista possa se manter na Universidade, dedicando-se exclusivamente, aos estudos. Nesse sentido, caberia a esse Conselho que, junto às quotas institucionais anuais do PIBIC, fosse adicionada certa quantidade de quotas extras destinadas ao propósito da avaliação do Programa, de forma a estimular pesquisadores das universidades a realizarem o acompanhamento da prática profissional dos egressos do Programa, sistematicamente. A falta de uma política de incentivo ao acompanhamento de egressos do PIBIC/CNPq gera desperdícios ao país, pois possibilita o descaminho do ex-bolsista para outras atividades, como forma emergencial de sobrevivência. Também são indicados estudos sobre a relação orientador/bolsista, partindo do problema de como está se dando a iniciação desse estudante, na produção do conhecimento: como mão-de-obra para auxiliar a construção da carreira do orientador/pesquisador ou como formação inicial de uma

6 Para conhecimento detalhado das mesmas, consultar PIRES, 2008, p. 254-261; 266-276.

profissão acadêmico-científica? E, ainda, estudos para o aprofundamento do que se sugere, em termos de políticas públicas, com a palavra *profissional* agregada a um dos objetivos do PIBIC, quando se refere, especificamente, ao orientador (Anexo III da RN-017/2006). O que vem a ser um *pesquisador profissional*? Dessa maneira, compreendemos que a concepção de um Programa como o PIBIC, que se propõe a preparar novas gerações de trabalhadores pesquisadores deve ter, por princípio, uma formação geral, filosófica, metodológica, orientada para a transformação qualitativa da produção acadêmico-científica do país, permitindo a passagem da atitude formalista e metafísica de pensar a realidade, predominante na Academia, para a fase em que se evidencia a conveniência de aceitar e desenvolver as concepções dialéticas, aplicadas à ciência e à investigação do mundo.

Ao poder público recomendamos que as políticas de CT&I sejam pensadas a partir da concepção do pesquisador como um trabalhador, não como um ser idealizado e talentoso, de forma a superar a divisão social do trabalho intelectual e manual. Faz-se necessário que sejam intensificadas as linhas de financiamento de pesquisa sobre movimentos sociais que emergem no país, como forma de motivar a formação de pesquisadores que tomem por objeto de seu estudo, perspectivas reais de transformação do atual modo de produção capitalista, a fim de que se forme, no Brasil, uma elite de intelectuais que seja autoconsciente e crítica. E que também se abram, e/ou se intensifiquem, linhas de pesquisa que busquem pensar a educação no Ensino Superior, em conexão com o Ensino Médio e o Ensino Fundamental. A formação inicial do professor pesquisador deve ser planejada e realizada na totalidade da formação do ser humano, focando o profissional que trabalha com a educação, em todos esses níveis.

Para a comunidade do Ensino Superior da Bahia sugerimos que se criem meios de denunciar o processo de mercantilização e desnacionalização que vem ocorrendo na Educação Superior, exigindo do poder público medidas para regulamentar o ensino privado e barrar a ingerência do capital estrangeiro no setor. Propomos à UNEB, particularmente, uma recomendação aos orientadores: que convençam seus bolsistas a lerem e discutirem a Resolução Normativa em vigor, pois praticamente todos os entrevistados demonstraram que não conheciam essa legislação. Também lembramos à UNEB que, com essa pesquisa, ela se coloca com uma particularidade que a distingue de outras, perante o CNPq: os seus resultados mostram que os egressos do PIBIC/UNEB estão alcançando o mestrado, na medida julgada satisfatória por essa Agência (ARAGÓN, 1999). E, quando essa Universidade demonstra ao CNPq que vem realizando o acompanhamento dos seus egressos PIBIC, ela ganha força para pleitear uma nova quantidade de bolsas desse Programa. O conhecimento gerado por esse estudo concede à UNEB sustentação técnica necessária a essa solicitação, ao tempo em que, também deste modo, lhe é demonstrado o retorno do investimento que fez em nossa formação.

Considerações Finais

É objetivo do presente trabalho, apresentar as categorias empíricas que nortearam as análises das entrevistas com os egressos do PIBIC/CNPq/UNEB, compreendidas à luz do materialismo histórico-dialético, da economia política e de estudos críticos sobre a ES.

As experiências profissionais dos egressos, materializadas em suas falas e meditadas pela perspectiva teórico-filosófica que adotamos, expressam o refutamento da nossa tese de trabalho. Ou poderíamos dizer o *quase* refutamento, se aceitarmos a idéia de que o egresso PIBIC/CNPq-UNEB é *quase* um professor/pesquisador, parafraseando o que vem se chamando de *quase* mercado.

Os egressos que estamos estudando se iniciaram na pesquisa a partir de 1996, ano de implantação do PIBIC/UNEB. São eles *filhos* da Lei nº 9.394/96. Assim os designamos porque: se, por um lado, a causa de seu ingresso em um programa de BIC, de uma universidade estadual nordestina se deve ao salto quantitativo que essas BIC dão, no início da década de 90 (MARCUSCHI, 1996), por outro lado, no momento seguinte de sua formação de professor pesquisador, como trabalhadores docentes da ES do estado da Bahia, a causa torna-se, agora, efeito, nas precárias condições de trabalho que lhe são dadas e nas escassas oportunidades de continuação de sua formação na condição de bolsistas de Pós-Graduação.

Para a sua prática professoral, agora, basta ser mestre, não há necessidade de doutores, dizem os patrões, pois é esse o lema das IES particulares que dominam o mercado educacional da ES na Bahia, em busca do profissional *horista*. Verificamos que o trabalho científico, sendo parte do trabalho geral, em uma sociedade de classes, está submetido às condições de alienação geral do trabalho, como condição da manutenção da estrutura em vigor, onde cabe ao cientista de países como o Brasil, o papel de *fazedor de ciência*. Assim, a experiência profissional que os egressos entrevistados do PIBIC/UNEB vêm obtendo em sua atuação na ES está acontecendo em condições diversas e tende ao declínio do *status* do trabalho docente, condição essa histórica do modo de produção capitalista, onde o *trabalho livre* se dá pela separação do trabalhador dos meios de produção.

As falas dos entrevistados refletem uma eterna negociação consigo mesmos pelo direito ao descanso, tendo em vista a necessidade de *pôr em dia* as pendências de trabalhos. Existe uma exigência de *qualificação profissional* por parte do mercado de trabalho que instiga os professores à formação contínua e, muitas vezes, por conta própria, já que muitos egressos estão realizando seus mestrados e doutorados sem receberem fomento (bolsa). O resultado é desastroso para a formação do professor pesquisador, sob nosso ponto de vista,

pois esse profissional tem um menor tempo de dedicação aos estudos e uma baixa qualidade de vida, com reflexos em sua saúde, física e mental, o que se reverte na realização de sua *práxis*, sob precárias condições, material e espiritual.

Nessas condições, teremos estatísticas maiores evidenciando o crescimento *acelerado* de mestres e doutores, porém, a ciência nesse país precisa dar o salto qualitativo.

Romper com a marca histórica de condições salariais precárias que perpassa a vida dos professores, nos países Ibero-americanos, em geral, talvez, seja a premissa que deva orientar as propostas de formação do professor/pesquisador, conduzida por uma concepção do pesquisador como um trabalhador e não como um ser idealizado e talentoso.

Para isso, é indispensável que a formação de novas gerações de pesquisadores esteja voltada para o esforço intelectual de conversão do modo formal para o modo dialético de pensar, acelerando a transformação necessária na maneira de produzir a ciência no país.

Referências

ANTUNES, R. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: _____. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 15-25.

ARAGÓN, V. (Coord.) **O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e a sua relação com a Formação de Cientistas**: Relatório Final. Brasília, DF, UNB/NESUB, 1999.

BERNARDO, J. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores**: ainda há lugar para os sindicatos? São Paulo: Junkings, 2000.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq/MCT. **CNPq**. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/index.htm>>. Acesso em: 8 jan. 2008.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção I, p. 27.833-27.841.

_____. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Seção I.

CHEPTULIN, A. **A dialética materialista**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

CNPq. RN-017/2006. **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC**. Disponível em: <http://memoria.cnpq.br/bolsas_auxilios/normas/rn1706.htm>. Acesso em: 4 fev. 2008.

EAGLETON, T. **Marx e a liberdade**. São Paulo: UNESP, 1999.

FRANCO, M. E. D. P.; FIALHO, N.; PIRES, R. **Educação Superior Brasileira - Bahia - 1991-2004**. Brasília, DF: INEP, 2006.

GIOLO, J. Brasil tem 70% de IES muito novas. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 22 out. 2007. Ensino, p. 7.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LEITE, D. **Reformas Universitárias: avaliação institucional participativa**. Petrópolis: Vozes, 2005.

LEITE, D. et al. Avaliação Institucional e Aprendizagem Organizacional nas Universidades: os dilemas da adaptação ou da reconstrução sob pressão do “Managerialismo”. **Revista de Administração e Políticas Públicas**, Portugal, v. 3, n. 1; 2, p. 2-13, 2002.

MARCUSCHI, L. A. **Avaliação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do CNPq e Propostas de Ação**. Recife: UFPE; Brasília, DF: CNPq, 1996. (versão resumida fotocopiada).

MARX, K. **O capital**. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Editora Moraes, 1984.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MICKLETHEWAIT, J.; WOOLDRIEGE, A. **La hora de los gurus: visionarios y nuevos profetas de la gestión empresarial**. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

PIRES, R. **A formação inicial do professor pesquisador universitário no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq e a prática profissional de seus egressos: um estudo de caso na Universidade do Estado da Bahia**. 2008. 356f. Tese (Doutorado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

_____. **A Contribuição da Iniciação Científica na Formação do Aluno de Graduação numa Universidade Estadual**. Salvador: UFBA, 2002. 203f.

Dissertação (Mestrado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

SILVA JR., J. R. Os limites políticos da democracia na educação superior brasileira delineados por intelectuais da academia. **Avaliação**. Campinas; Sorocaba, v. 12, n. 3, set, 2007. p. 461-282.

SOUZA SANTOS, B. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção Questões de nossa época; v. 120).

TRIVIÑOS, A. et al. **A agonia do(a) educador(a) sul-rio-grandense**: histórias de vida. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA PINTO, Á. **Ciência e existência**: problemas filosóficos da pesquisa científica. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WOOD, E. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

Recebimento em: 03/11/2011.

Accite em: 03/12/2011.